

Inglês como língua franca: o que pensam os futuros professores de uma universidade do Paraná

English as a Lingua Franca: what the future teachers of a university in Paraná think

Beatrice Elaine dos Santos¹ Isabel Cristina Vollet Marson²

Resumo

O intuito deste artigo é abordar uma pesquisa que foi desenvolvida com graduandos do último ano do curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês, na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), cujo objetivo principal baseia-se em investigar qual a visão que os acadêmicos, do curso de Letras da UEPG, têm sobre o conceito de utilização da língua inglesa como língua franca. Portanto, para cumprir tal desafio, no desenvolvimento deste trabalho serão apresentadas algumas reflexões teóricas sobre as concepções de língua(gem), a prática do professor de língua inglesa e sua formação inserida num contexto em que o inglês tornou-se uma língua franca. Foi utilizada a abordagem metodológica qualitativa e interpretativista, a qual valeu-se da aplicação de um questionário para os participantes. Nas considerações finais serão apresentadas algumas conclusões baseadas em nossas reflexões teóricas, no desenvolvimento da metodologia, também serão expostas algumas considerações acerca dos resultados obtidos por meio deste estudo.

Abstract

The purpose of this paper is to address a research that was developed with graduating students of the last year of Portuguese / English languages major of Ponta Grossa State University (UEPG), whose main objective is to investigate the students' vision about the concept of using English as lingua franca. Therefore, to fulfill this challenge in the development of this work, it will be presented some theoretical reflections on the conceptions of language, the practice of the English teacher and its training inserted in a context in which English has become a lingua franca. The qualitative and interpretative methodological approach was used applying a questionnaire to the participants. In the final considerations, it will be presented some conclusions based on our theoretical reflections in the development of the methodology as well as it will be exposed some considerations about the results obtained through this study.

Palavras-chave: Inglês como Língua Franca. Formação de professores de língua inglesa. Proficiência.

Keywords: English as a Lingua Franca. English teacher training. Proficiency.

¹ Mestranda em Estudos da Linguagem na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), licenciada no curso de letras português / inglês pela mesma instituição. beatriceasantos@hotmail.com;

² Licenciada em Letras Português-Inglês pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2001), Especialista em Ensino-Aprendizagem de Línguas Estrangeiras (2004) pela mesma universidade e Mestre em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2007). Atualmente, é Professora efetiva do Departamento de Estudos da Linguagem na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Isabel.marson@yahoo.com.br

Introdução

O objetivo deste artigo consiste em retratar os resultados de uma pesquisa que se concretizou no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e foi desenvolvido em 2017 com acadêmicos do curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês, na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Instituição de Ensino Superior (IES) pública localizada na cidade de Ponta Grossa, estado do Paraná. Atualmente, os resultados obtidos neste estudo gerou novos desdobramentos, que em 2018 continuam sendo pesquisados em um projeto de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem na UEPG.

O intuito da pesquisa retratada por meio deste artigo, como um todo, buscou investigar qual a visão que os acadêmicos, formandos no curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês, têm sobre o conceito de utilização da língua inglesa como Língua Franca.

Os objetivos secundários basearam-se em: analisar a percepção dos acadêmicos do curso mencionado a respeito de seu entendimento sobre o que significa proficiência em língua inglesa; investigar se os futuros professores estão satisfeitos com o ensino de língua inglesa empregado na universidade; analisar se os acadêmicos acreditam que o inglês deve ser baseado apenas no uso do inglês dito padrão (americano/britânico), quais são as suas respectivas opiniões sobre os diferentes usos da língua inglesa; e por último, analisar quais perspectivas de mudanças que o inglês, como língua franca, pode trazer para o contexto acadêmico em relação ao ensino/aprendizagem de língua inglesa.

Para isso, nesta pesquisa foi utilizada a abordagem metodológica qualitativa e interpretativista, a qual valeu-se da aplicação de um questionário³ para os participantes, que eram acadêmicos do último ano do curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês do ano de 2017.

O presente artigo segue a seguinte ordem: na sequência serão apresentadas algumas reflexões teóricas acerca da relação entre as concepções de língua(gem) que guiam a prática do professor de língua inglesa e a formação de professores de língua inglesa inserida em um contexto em que a referida língua é considerada uma língua franca. Em seguida, brevemente será descrito o processo para a geração de dados e a metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa; na sequência haverá a exposição das análises dos resultados obtidos neste estudo investigativo.

³ Na instituição, os trabalhos de conclusão de curso não têm a obrigatoriedade de passar pelo comitê de ética.

Por último, em nossas considerações finais serão apresentadas algumas conclusões baseadas em tudo o que será discutido durante nossas reflexões teóricas, no desenvolvimento da metodologia, também serão avaliadas e expostas algumas considerações acerca dos resultados deste estudo.

1. Concepções de língua(gem) e ensino de línguas: as concepções que guiam a prática do professor de língua inglesa

Cada momento histórico e social que vivemos interfere na maneira como concebemos língua(gem). A forma como o professor concebe língua direciona sua ação em sala de aula. Conceituar língua(gem) é uma tarefa árdua, sabemos que a língua tem se modificado no decorrer dos tempos e continuará em constante transformação. Kumaravadivelu (2006, p. 3) adverte que “[...] a linguagem permeia todos os aspectos da experiência humana e cria, assim como reflete, as imagens desta experiência”⁴. Assim, é fundamental deixar claro que concepção de língua(gem) que norteia a prática do professor, pois sua compreensão trará consequências nas suas ações pedagógicas.

A fim de refletir a concepção de língua(gem) dos professores, apresentaremos uma breve revisão sobre algumas concepções de língua(gem) no ensino de línguas que guiam as práticas docentes. Autoras como Camargo, Marson e Kondo (2016, p. 87) refletem sobre as principais concepções de língua(gem) que alicerçam o ensino de línguas ao longo do tempo: língua como expressão de pensamento, língua como instrumento de comunicação e língua como forma de interação. Segundo elas, a língua como expressão do pensamento embasa-se na concepção da língua como um produto pronto e fixo ajustado à gramática normativa Possenti (1997), tendo um fim em si mesma.

A língua, como sistema, tem um tratamento direcionado pelo seu aspecto estrutural, não sendo considerado as influências do sujeito com o seu meio, nem mesmo expressada pelo seu uso. Defensor desse pensamento, Saussure (2006) acreditava que a língua era tida como um sistema de signos linguísticos que não sofria interferência do meio em que cada indivíduo se encontrava, que ela era de natureza homogênea e era manipulada de tal forma, como se a mesma possuísse um domínio cognitivo pré-concebido pela mente. Neste ponto de vista, a

⁴ “[...] *language permeates every aspect of human experience, and creates as well as reflects images of that experience*”. (tradução livre da autora)

língua não é conquistada por meio da construção social, nem moldada aos falantes, mas sim, ela é fixa, estável e inalterável. Saussure (2006, p.22) acreditava que a língua:

[...] é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade.

Neste caso, o estudo da linguagem comporta duas partes: uma que tem por objeto a língua (*langue*) e outra, a fala (*parole*); assim, a primeira seria social em sua essência, em contrapartida à segunda que se apresenta como parte individual da linguagem. Camargo, Marson e Kondo (2016, p. 88) advertem que os estudos de Saussure “[...] interferiram no contexto de ensino, trazendo um posicionamento estruturalista calcado na norma linguística enquanto parâmetro engessado para aprendizagem”.

Nessa visão estruturalista surge o linguista norte-americano Leonard Bloomfield que considerava a língua como uma representação da fala. Segundo Brahim (2013, p. 114)

[...] a preocupação do ensino era apenas a produção de frases de acordo com os padrões estruturais da língua, a produção linguística (oral ou escrita), por parte de um indivíduo, acontecia simplesmente pela ‘reprodução’ dessas unidades.

Já a segunda visão concebe a língua como instrumento de comunicação. Miranda (2010, p. 37) ressalta que nessa perspectiva “[...] a língua é um conjunto de signos combinados, que formam um código para a transferência de mensagens de um emissor para um receptor e que é, portanto, dominado pelos falantes”. A comunicação só se efetiva se o receptor decodificar a mensagem enviada pelo emissor.

Por outro lado, a concepção de língua, como interação, se baseia em Bakhtin (2006) que concebe a língua na interação entre os sujeitos. A língua, nessa linha de pensamento, é ideológica, repleta de relações de poder e compreendê-la, segundo Jordão e Fogaça (2007), implicaria o entendimento de que nossas práticas de linguagem como práticas de (re)significarmos do mundo, o que acontece em nossa volta e a forma de como percebemos a realidade.

2. Como formar professores em tempos de Inglês como Língua Franca (ILF)?

Atualmente tendo em vista a grande expansão da difusão da língua inglesa pelo mundo, devido a fatos econômicos, políticos e culturais, seria necessário que os professores refletissem sobre o uso da língua por falantes não nativos. No entanto, autores como Bordini e Gimenez (2014, p. 13) discutem que:

Observa-se uma carência de reflexões sob uma perspectiva de autores brasileiros que reflitam o olhar de usuários e aprendizes em contexto do “Círculo em Expansão” a respeito da língua franca global. Dado que o assunto é relativamente novo, faz-se necessária uma revisão sistemática da literatura que englobe as pesquisas realizadas no contexto brasileiro, a fim de identificar os temas por elas tratados, os contextos de pesquisa e suas implicações pedagógicas.

Percebemos então que existe uma necessidade muito grande de publicações de trabalhos que enfatizem esse tipo de uso da língua inglesa, a fim de que os professores possam refletir e se adaptar, para poderem ensinar aos alunos esta nova modalidade da língua desvinculada na norma dita padrão. Por esta razão, a autora Seidholfer (2004, apud Bordoni; Gimenez 2014, p. 17) destaca que “[...] devido à ausência de suficiente trabalho descritivo em ILF, professores continuam adotando materiais cujo foco é o inglês americano/britânico”. Nota-se que, apesar de o ILF ser um estudo novo em relação a outros estudos da linguagem, existe a necessidade de um olhar crítico em relação a este uso da língua, principalmente nos países que não utilizam o inglês como língua nativa.

Para que possa haver uma mudança relacionada ao ensino de língua inglesa, direcionada ao ILF, as autoras Siqueira e Anjos (2012 apud Bordoni; Gimenez, 2014, p. 30) apontam para a necessidade de “[...] um investimento maciço na formação inicial/continuada de professores precisa ser realizado para que a escola pública seja um palco de mudanças”. Ou seja, o professor precisará se preparar desde o início de sua formação e continuar se atualizando, do mesmo modo em que a própria língua está constantemente sendo atualizada. Tendo em vista, que o professor será o responsável em introduzir esse uso da língua a seus alunos e avaliá-los em suas pronúncias na língua estrangeira, é importante trazer outras perspectivas, já que os alunos também serão responsáveis em decidir que tipo de uso do inglês é mais ajustável às suas necessidades.

Compreende-se que para que essas mudanças se efetivem, seria necessário uma conscientização tanto de professores como de alunos de que há outras formas de ensinar a língua inglesa e um grande desafio está imposto aos professores e alunos, já que se pode focalizar o ILF ao invés do inglês padrão do falante nativo. Mas, para que isso aconteça, materiais didáticos podem ser modificados, como a inserção de áudios voltado para o inglês falado no mundo, além de outros aspectos linguísticos e gramaticais.

A autora El Kadri (2010, p.85), em sua pesquisa sobre formação de professores direcionado ao ILF, afirma que a maioria dos cursos de Letras não estão preparados para discutir o assunto de variedades do uso do inglês utilizado mundialmente pois, [...] “não apresenta nenhum indício em nível de conteúdo programático, objetivos ou de bibliografia

que possa indicar algum movimento direcionado a esta questão”. Por esta razão, a autora nos sugere algumas possíveis soluções, para que haja a mudança no currículo do curso de Letras por meio de duas vertentes (EL KADRI, 2010, p. 86):

- 1) pela implantação de um projeto de ensino e de extensão que procurasse discutir este estatuto⁵ e produzir material didático por esta perspectiva, englobando alunos de todas as séries do curso e 2) o oferecimento de uma disciplina optativa ou/especial com o título de Inglês como Língua Franca.

Portanto, é notável que seria necessário a abertura de oportunidades de desenvolvimento de estudos e conhecimento acerca do uso da língua inglesa. Podemos dizer, como estudiosas do ensino da língua inglesa, que esta questão é bastante válida e deveria ser revisada. Haja vista que no contexto do curso de Licenciatura em Letras Português Inglês da Universidade Estadual de Ponta Grossa, essas questões foram discutidas em duas disciplinas que formam parte da matriz curricular do referido curso de graduação. A partir destas experiências, consideramos que a proporção de aulas relacionadas a este tema ainda vem sendo insuficientes no contexto do curso de Letras da universidade que desenvolvemos nossa pesquisa.

3. Metodologia

A metodologia utilizada nesta pesquisa respaldou-se na abordagem qualitativa, a qual segundo Bortoni-Ricardo (2009, p. 34) “[...] procura entender, interpretar fenômenos sociais inseridos em um contexto”. Sendo assim, por meio de um questionário, fora buscado investigar as questões norteadoras referentes ao ensino/aprendizagem de língua inglesa na universidade direcionados à importância do inglês como língua franca para formação de professores.

A pesquisa qualitativa atende aos requisitos de pesquisar um fenômeno que influencia o contexto que envolve o pesquisador. Deste modo, a investigação que apresentamos tem relevância para os estudos da língua inglesa na contemporaneidade, devido ao fato de a mesma ter se modificado em questões de uso ao redor do mundo.

Assim, por intermédio de uma abordagem qualitativa interpretativista baseada em questionários, analisamos a perspectiva dos futuros professores de língua inglesa, no que diz respeito ao inglês como língua franca. Nos questionários nos quais continham nove questões descritivas abertas e uma questão objetiva (múltipla escolha), os sujeitos deveriam justificar

⁵ Estatuto refere-se ao contexto do uso do Inglês como língua Franca.

suas opiniões em cada pergunta, para que pudéssemos analisar as perspectivas dos mesmos em relação ao ensino da língua inglesa. Aqui não houve o intuito de julgar uma concepção de língua em detrimento de outra, mas instigar formas para o aperfeiçoamento da prática docente e questionar o ensino da língua franca nos mais variados contextos, assim como adquirir mais conhecimento na área pesquisada e refletir sobre questões relevantes no que tange à língua inglesa.

A participação dos acadêmicos do quarto ano do curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês foi voluntária e aos mesmos fora entregue termo de consentimento livre e esclarecido. Na sequência, distribuimos os questionários, os alunos os responderam na sala de aula durante o intervalo, para que a atividade não atrapalhasse as aulas ministradas pelos professores.

Contamos com a participação de 15 acadêmicos, entre 20 e 40 anos de idade, sendo 20% homens e 80% mulheres. Alguns estudantes não participaram da pesquisa no dia da aplicação, por não estarem presentes no momento do processo de geração de dados. Por esta razão, eles receberam o questionário via e-mail e depois reenviaram suas considerações sobre as questões.

Ao entregar o questionário aos alunos universitários, a pesquisadora esclareceu que a pesquisa não era obrigatória e que o nome dos participantes iria permanecer em sigilo, por esta razão, para efetivar as análises nesta pesquisa cada participante foi enumerado de 1 a 15 (P1 – P15).

Primeiramente, realizamos um levantamento sobre as questões abertas de nossa pesquisa por meio de uma tabela, comparando as opiniões de cada participante. Após esta etapa de nossa metodologia, analisamos separadamente a questão de número quatro, enquadrada nos moldes de múltipla escolha e fizemos a análise dos dados que foram baseados em citações de autores mencionados nesta pesquisa, algo que será apresentado no próximo tópico que compõem este artigo.

4. Análise de dados: as percepções dos formandos sobre a ILF

Nesta sessão, com o objetivo de cumprir os objetivos geral e específicos estabelecidos nesta pesquisa, analisamos individualmente a cada questão do questionário que fora aplicado aos acadêmicos do último ano do curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês.

Quando os participantes foram questionados se possuíam proficiência em língua inglesa, percebemos que do total de 15 alunos, apenas 4% disseram possuir proficiência. Ao passo que 27% da turma responderam que não.

Dos quatro participantes que responderam sim à proficiência em língua inglesa, dois participantes realizaram o teste *Michigan English Test* (MET)⁶ um participante realizou o teste *Test of English as a Foreign Language* (TOEFL)⁷ e um participante alegou ter proficiência, no entanto, não efetuou nenhum teste. Percebemos que uma quantidade muito grande de alunos não demonstrou que possuíam um conhecimento mais aprofundado sobre a língua.

Ou talvez, suas respostas foram “não”, devido ao fato de não terem realizados esses testes, o que não interfere no fato de não possuírem o domínio da língua alvo. Na concepção de P6 “[...] não há um único meio para avaliar a proficiência”. No entanto, para a maioria dos alunos, a proficiência está intimamente relacionada à realização de testes internacionais. Pelas respostas dos acadêmicos, percebemos que alguns acreditam que os testes poderiam ser utilizados como um pré-requisito para a proficiência da língua e futuro sucesso profissional. A esse respeito, Martins (2005, p. 94) revela que:

Um exame de proficiência para professores poderia funcionar como um pré-requisito para a contratação de profissionais da área, em todos os ambientes em que a língua inglesa fosse ensinada, principalmente na rede pública, pois é aí que temos a maior concentração de alunos e professores, causando, dessa forma, um efeito retroativo, por fazer com que egressos de cursos de Letras, ou professores que já se graduaram há mais tempo, se preparem para preencher esse pré-requisito.

Acerca de suas opiniões sobre a consideração do inglês dito padrão (Americano ou Britânico) ser verdadeiro e absoluto, segunda questão da pesquisa, percebemos que apenas 1% dos participantes acredita que sim, alegando que “[...] é a língua mais predominante do mundo” (P5). Por outro lado, 99% dos acadêmicos alegaram que existem outras variedades de inglês no mundo que devem ser consideradas, portanto, para eles seria errado dizer que apenas o inglês dito padrão é único e verdadeiro. Esse ponto de vista, nos lembra Canagarajah (2006 apud Calvo; El Kadri, 2011, p.18) que afirma: “o ILF pode facilitar a expressão de identidades e culturas locais e que talvez precisemos aceitar que as características e os efeitos de práticas linguísticas não podem ser descritos de maneira universal e absoluta”. Isso nos leva a conclusão, de que os futuros professores da língua inglesa percebem e reconhecem

⁶ Michigan English Test consiste em um teste internacional de proficiência em língua inglesa voltada ao inglês norte americano.

⁷ Test of English as Foreign Language é um exame para avaliar as habilidades de compreensão em língua inglesa voltada ao inglês norte americano.

como válido e importante, os outros usos do inglês que são diferentes dos moldes padrões (*Standard English*).

Em relação à terceira pergunta, na qual questionamos a eficiência do ensino de língua inglesa nos Institutos de línguas e na Universidade, encontramos uma divisão de opiniões dos participantes, no qual: 46% acreditam que sejam eficientes, 27% dos estudantes acreditam que o ensino é eficiente e outros 27% pressupõem que a aprendizagem dependerá do desempenho dos professores e alunos.

Dentre os alunos que responderam “sim” na pergunta, eles justificaram que tanto nos Institutos de Línguas assim como na universidade, o objetivo de ensinar a língua inglesa é cumprido e as habilidades necessárias para a aprendizagem em uma língua estrangeira são efetuadas. No entanto, para se obter êxito na aprendizagem, a dedicação do aluno ainda se torna requisito primordial. Os acadêmicos que responderam “não” no questionamento, suas justificativas se basearam em acreditar que “é impossível ser fluente sem estudar sozinho” (P3). Algo que nos remete à ideia de que não importa onde você estuda, porém sem o seu esforço individual para adquirir a proficiência, será difícil alcançar o objetivo de aprender uma língua estrangeira.

O desnivelamento do idioma também foi um dos problemas apontados, assim como a crença de que ao aprender uma língua estrangeira na universidade, os alunos “não alcançam o nível avançado” (P11). Percebemos que os alunos acreditam que aprender um idioma em um centro de línguas é mais eficaz do que aprender na universidade, considerando os alunos que não tiveram conhecimento prévio da língua inglesa antes de ingressar na universidade.

A quarta questão de cunho objetivo foi baseada em cinco citações de autores, como: Graddol (2006), Kachru (1985), Canagarajah (2006), Medgyes (1992, apud Figueiredo, 2011) e Scaramucci (2000), serão representadas no (quadro 1). Essa pergunta tinha por finalidade analisar qual o tipo de concepção de proficiência em língua inglesa que os alunos possuíam:

QUADRO 1- Definição em proficiência em inglês

Alternativa que melhor indica a definição de proficiência da língua inglesa	
A	“Não há um único modo de avaliar a proficiência” (GRADDOL, 2006, p. 82).
B	“O sucesso dos falantes no contexto do mundo globalizado não tem mais como parâmetro a proficiência do falante nativo” (KACHRU, 1985 <i>apud</i> GRADDOL, 2006).
C	“Precisamos de testes que sejam interativos, colaborativos e performativos Testes de múltipla escolha, com enfoque principalmente em gramática e vocabulários, ostentam uma utilidade limitada em contextos avaliativos do inglês como língua internacional” (CANAGARAJAH, 2006, p. 240).
D	“Os falantes não-nativos nunca poderão alcançar a competência de um falante nativo (MEDGYES, 1992, p. 343 <i>apud</i> FIGUEIREDO, 2011, p.71).
E	“ O resultado de um processo de aprendizagem, uma meta” (SCARAMUCCI, 2000, p. 12).

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Das cinco alternativas dispostas nesta questão, obtivemos diferentes pontos de vista perante a opinião dos participantes, dentre os quais: 20% dos acadêmicos do curso de Licenciatura em Letras Português Inglês concordaram com a opção “a”, desta forma, podemos perceber que esses futuros professores consideram as variedades da língua utilizadas ao redor do mundo, sem se focar em apenas um molde; como ressalta Graddol (2006) que “não há uma única variedade de inglês que promova a aprendizagem deste idioma”. Ou seja, não existe um único jeito de avaliar a aprendizagem de uma língua. 27% dos alunos concordam com a opção “b”, neste caso notamos que os participantes acreditam que o inglês falado por nativos não é mais o alvo de proficiência da língua, considerando que o mesmo é falado mundialmente; neste caso, o mais importante é “[...] o que as pessoas podem fazer com a língua, bem como o conhecimento de habilidades comunicativas e culturais”, Graddol (2006).

Dentre os participantes, 13% concordaram com a opção “c”, isto significa que eles acreditam que novos testes deverão ser elaborados, a fim de que possam valorizar o falante não nativo e não apenas o inglês padronizados como o americano e o britânico. Assim como também defende Canagarajah (2006 *apud* Gimenez et al. 2015, p. 613), “[...] precisamos desenvolver instrumentos com imaginação e criatividade para avaliar a proficiência nas complexas necessidades comunicativas do inglês como língua franca”.

No grupo pesquisado, 7% dos estudantes universitários concordaram com a opção “d”. Em nossa concepção, este ponto de vista nos pareceu um tanto preconceituoso, uma vez que legitima apenas a língua dos falantes nativos como verdadeira e os não nativos não terão

chances de utilizar a língua com eficiência já que “[...] o inglês produzido por eles não passa de uma imitação da forma nativa” (MEDGYES, 1992 apud FIGUEIREDO, 2011, p. 71), sendo assim, inferiorizado. 33% dos alunos concordaram com a opção “e”, portanto, o maior número de participantes que concordaram com a definição baseada em um significado padronizado e estabelecido por intermédio de determinadas regras e objetivos que provêm de “[...] interesses de professores, administradores, elaboradores de currículos, construtores de testes, pesquisadores, pais e alunos” (SCARAMUCCI, 2000, p.12). Em outras palavras, alcançar os objetivos estabelecidos por outrem.

De acordo com as informações levantadas nos questionários, percebemos que apesar dos participantes terem consciência das variedades da língua e da necessidade da criação de novos métodos para avaliar a proficiência em língua inglesa, ainda assim, a maioria se baseia no modelo que privilegia o inglês nativo.

No que diz respeito à opinião dos alunos quanto à necessidade de viajar ao exterior para adquirir uma melhor proficiência na língua inglesa, verificamos que em sua grande maioria, 80% dos participantes acreditam que não é necessário residir em outros países, enquanto que 20% acredita que sim.

Dentre os participantes que responderam “não” na pergunta, alguns mencionaram que há vários métodos para atingir a proficiência em língua inglesa sem necessariamente o aprendiz ter que se deslocar de seu país natal. Pois se cada aluno se dedicar, a aprendizagem terá maior eficiência; alguns participantes acreditam que uma vivência no exterior poderá agregar conhecimento por haver a “imersão em uma nova cultura” (P3). Aos que responderam “sim” na pergunta, questões como prática na comunicação, imersão em uma nova cultura foram consideradas como justificativas da necessidade de ter um convívio no exterior e então obter uma maior proficiência na língua. Figueiredo (2011) discorda desta crença ao argumentar que “[...] nenhum falante, por mais educado e intelectualizado que seja, possui condições de dominar totalmente um sistema linguístico e a amplitude de seu uso pela sociedade” (FIGUEIREDO, 2011, p. 69). Ou seja, cada indivíduo possui uma competência única da língua, seja ela nativa ou não.

A questão referente à sexta pergunta do questionário buscou verificar qual a concepção de inglês como língua franca na opinião dos participantes, que podemos analisar os conhecimentos de uso da língua ao redor do mundo. Percebemos diferentes pontos de vista em relação a este uso da língua pelos participantes. Devido à globalização, a língua inglesa é bastante disseminada ao redor do mundo, sendo assim, ela é utilizada por inúmeros falantes

não nativos, desta forma, existe uma “[...] vasta diversidade cultural dos falantes usuários desta língua e infinitas variedades nas quais o idioma é encontrado e seus respectivos usos” (DEWEY, 2007 apud CORADIM; TANACA, 2013, p.136). Neste sentido, existem várias nomenclaturas para se referir ao inglês utilizado na esfera global e isso refletirá tanto nos estudos feitos por linguistas, assim como nas respostas dos participantes no que se refere ao inglês como língua franca.

Verificamos que 7% dos participantes acreditam que o ILF significa um inglês global; a grande maioria, correspondente a 46%, acredita que se refere a um inglês falado no mundo; 13% dos alunos não responderam a esta questão (não ficou claro se não souberam o significado ou se não quiseram responder a questão); outros 20% dos participantes acreditam que diz respeito a um inglês não nativo; por outro lado, 7% acredita que isso significa uma língua universal e outros 7% afirmam que é uma língua padrão.

Podemos constatar que as respostas giram em torno de uma língua que não é “copiada” do modelo dito padrão, não é uma língua materna e sim uma língua falada mundialmente.

Ao analisar a sétima questão, que corresponde aos modelos de inglês contemplados em sala de aula, indagamos quais são utilizados, tanto na prática docente quanto em livros didáticos, buscando averiguar se existem variações e quais seriam. Ao observar as respostas dos participantes, pudemos constatar que em larga escala, o inglês dito padrão (Americano, Britânico) é colocado como prioridade na sala de aula:

Apesar de a grande maioria dos professores em formação (67%) responderem que o uso do inglês dito padrão é mais utilizado em sala de aula, especialmente pelos professores em suas oralidades. Os alunos admitem que os áudios pertencentes ao material didático que são utilizado durante as aulas apresentam variações, ou seja, o inglês falado mundialmente são apresentados de forma com que os alunos possam perceber as diferenças de pronúncias. Temos também 13% dos alunos que afirmam que o inglês utilizado na prática docente é um inglês mundial, portanto apresenta variedades e outros 13% não responderam essa questão; por fim, apenas 7% acreditam que é trabalhado o inglês como língua franca.

Percebemos que ainda são utilizados em grande proporção os modelos dito padrão de inglês, se comparados aos modelos utilizados universalmente, devido ao fato de o ILF ainda precisar ser refletido e reconhecido dentro de sala de aula, por isso permanece “[...] a insegurança de professores para trabalhar com a perspectiva de LF, apesar de declararem essa variedade importante” (EL KADRI, 2010 apud CORADIM; TANACA, 2013, p. 140). Neste

sentido, podemos notar que os professores reconhecem a legitimidade da utilização do ILF em sala de aula, no entanto, há a ausência de subsídios suficientes para trabalhar este uso da língua com os alunos.

Na oitava pergunta, nossa intenção foi averiguar se na opinião dos participantes havia alguma diferença entre aprender uma língua estrangeira por nativos e por não nativos, se de fato aprender inglês por um professor nativo da língua inglesa seria mais eficaz do que aprender por um professor não nativo. Não obstante, percebemos que houve certa ambiguidade na pergunta, uma vez que uma quantidade considerável de alunos (38%) compreenderam que se referia ao aprendizado do inglês como língua materna; de qualquer forma, analisamos as respostas positivas e negativas.

Dentre os participantes que responderam “não” na pergunta, apenas um apresentou uma justificativa alegando que: “Não existe um inglês, mas sim, vários ingleses” (P1). Assim percebemos que de acordo com o participante, tanto o inglês aprendido por nativos ou não nativos estarão corretos, já que não se pode considerar apenas um modelo como correto, pois existem vários ingleses aprendidos no mundo. Para a grande maioria das respostas positivas, afirmaram que sim, há diferença, observamos que as justificativas variam como diferenças por “questões culturais”(P10); pelo inglês nativo apresentar “algumas gírias” (P7) e por ser “mais informal” (P2); assim como a comparação de que o inglês aprendido por não nativos “nunca chegará ao nível de um nativo” (P13). Também percebemos, como foi mencionado anteriormente, que a maioria das justificativas se referem ao inglês aprendido por nativos como língua materna. Nesta pesquisa não pretendemos analisar o inglês aprendido em um país nativo desta língua, mas sim no contexto de sala de aula de língua estrangeira, se o inglês nativo teria ou não superioridade ou algum privilégio em relação ao aprendido por um não nativo.

Não podemos julgar o inglês aprendido por um nativo com sendo o melhor ou mais eficaz por se referir a uma língua materna, ou simplesmente desqualificar o inglês ensinado por um professor não nativo, pois este passou por vários processos de aprendizagem da língua a ser ensinada e assim:

[...] o sucesso obtido ao longo do processo de formação docente nunca foi garantido pela genética ou pelos direitos de nascimento somente, mas, sim, por intermédio de muita qualificação e prática (RAJAGOPALAN, 1997, 2002, 2004, apud FIGUEIREDO, 2011, p.72)

Ou seja, podemos constatar que o inglês aprendido por professores não nativos é mais preparado, pois o professor passou por etapas de ensino, buscando estratégias e métodos para sanar as dúvidas e auxiliar nas dificuldades dos alunos.

Posteriormente, buscamos verificar se os participantes estão satisfeitos com os seus aprendizados em língua inglesa na universidade e obtivemos um resultado surpreendente, pois constatamos nesta questão que uma quantidade muito significativa dos participantes (87%) não está satisfeita com a aprendizagem de língua inglesa na universidade. Um dos pontos cruciais para esta negação deve-se ao desnivelamento do inglês apresentado pelos alunos, haja vista, que muitos já obtiveram conhecimento da língua inglesa antes de entrar na universidade, enquanto outros o aprenderam depois de inseridos no meio acadêmico não conseguindo acompanhar o nível dos demais. Em contrapartida, os alunos que já possuem um conhecimento em língua inglesa esperam um nível mais avançado, entretanto, precisam acompanhar o aprendizado do restante da turma. Questões como “materiais didáticos e métodos de ensino falhos” (P13), “exigência dos professores” (P11) e “poucas aulas semanais de língua inglesa” (P8) também foram mencionadas.

A última questão buscava analisar as sugestões apresentadas para que ocorresse uma melhor eficácia do ensino-aprendizagem para os futuros professores de língua inglesa, obtivemos então várias questões de descontentamento e um possível aprimoramento, que segundo os participantes, poderá ser feito por meio de:

- Nivelamento do conhecimento em língua inglesa dos alunos e inserção de aulas de conversação.
- Separação da língua portuguesa com a língua adicional.
- Maior interesse dos alunos.
- Trabalhar todas as habilidades com a turmas.
- Praticar o uso da língua diariamente em sala de aula e ter viagens facilitadas ao exterior.
- Não esperar que o aluno fale igual ao falante nativo da língua alvo.
- Aumentar o número de aulas em língua inglesa.
- Dar visão às variedades da língua inglesa e concessão de espaço na disciplina.
- Criar situações de imersão na língua inglesa em sala de aula.
- Apresentar aulas mais dinâmicas e diferenciadas.
- Levar em conta as dificuldades dos alunos.

- Buscar outros métodos de ensino.
- Trabalhar a partir de um contexto real.
- Apresentar atividades como sugestões de aprimoramento.

Não podemos dizer que muitas dessas sugestões sejam de fato necessárias, uma vez, que o trabalho com todas essas habilidades já são aplicadas no espaço acadêmico, que em nossa concepção, são muito bem executadas e estruturadas.

No que tange a um possível aprimoramento referente à prática de língua inglesa. Acredito que seria de grande valia um teste de nivelamento para os alunos, para que se pudesse agrupar os diferentes níveis alcançados por eles; bem como inserção de aulas de conversação que poderão ser adaptadas aos moldes de um inglês que não seja limitado ao modelo padrão, podendo assim ser utilizado vários usos do inglês ao redor do mundo, para que então o ILF seja gradativamente inserido no contexto acadêmico com maior ênfase.

Basta perceber que o contexto de língua inglesa em nossas vidas se estende para além da sala de aula, pois temos contato com essa língua em vários momentos de nosso cotidiano, deste modo Bohn (2003, apud BERTO, 2011) sugere uma lista com dez orientações para trabalhar variações da língua inglesa com os alunos de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998).

Verificamos então que ainda existe uma necessidade de se trabalhar variedades da língua inglesa em sala de aula, justamente por estarmos inseridos em um mundo globalizado. Nesta perspectiva, não podemos nos basear somente nos padrões de falantes nativos. Apesar de existir uma carência de materiais didáticos voltados ao ILF e muito estudos serem desenvolvidos nesta área, a conscientização da importância deste uso da língua é um começo para futuras mudanças.

Considerações finais

Buscamos compreender algumas das inúmeras vertentes existentes no que corresponde ao significado de língua(gem), iniciando pela sua interpretação e alcançando o seu conceito como língua franca. Nesta pesquisa verificamos que o Inglês como Língua Franca é algo muito significativo para o trabalho docente, entretanto, ainda é necessário debater e refletir sobre esta questão no meio acadêmico, para que futuramente esse uso da língua seja valorizado. Desta forma, aulas precisarão ser moldadas e materiais adaptados ao inglês

utilizado conforme a necessidade de cada falante, preservando assim, a identidade de sua língua materna.

Todos os objetivos da pesquisa foram alcançados, podemos perceber que os acadêmicos, do curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês, têm conhecimento sobre o ILF, diferenciando-se do modelo dito padrão e reconhecem a sua importância no trabalho pedagógico. No que corresponde à compreensão da definição de proficiência em língua inglesa, apesar de muitos participantes da pesquisa haverem optado por uma noção mais “fechada”, como “um único alcance” e estipulada pela perspectiva de alguém que espera tal resposta, muitos ainda percebem que hoje não podemos nos basear em apenas um modelo para definir ser proficiente ou não. No entanto, quase por unanimidade, 99% dos futuros professores não acreditam que o inglês dito padrão (Americano ou Britânico) devem ser considerados verdadeiros e absolutos, desta forma legitimando o inglês falado ao redor do mundo.

No que diz respeito à satisfação dos acadêmicos diante do ensino de língua inglesa na universidade, às possíveis sugestões para enriquecer cada vez mais o trabalho realizado para a formação de professores, foi constatado um resultado muito preocupante, dado que 13% estão satisfeitos, contra 87% que não estão satisfeitos e o principal motivo, para tal descontentamento, é o desnivelamento dos alunos em sala de aula, assim como há os que acreditam que o ensino de língua inglesa na universidade é menos eficiente do que em institutos de idiomas.

Em nossa concepção, seria conveniente separar alunos de acordo com seus diferentes níveis de inglês para se trabalhar em turmas menores, dando maior atenção a toda especificidade de cada aluno. Desta maneira acreditamos que haveria maior satisfação dos alunos por estarem em um nível apropriado, assim como melhor aproveitamento das aulas, tanto para os alunos quanto para os professores e a inserção do inglês falado mundialmente por meio de aulas de conversação.

Mas é evidente que este deve ser um trabalho criterioso e refletido para a obtenção dos efeitos esperados. Assim, talvez pudéssemos ter a chance de alcançar resultados similares ao que os institutos de línguas oferecem. Em relação à conscientização da importância do ILF, além de constantes debates e pesquisas, materiais extras elaborados por professores que também poderiam ser um bom começo.

Referências

- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*: Problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. Trad. Michel Lahud et al. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. 376 p.
- BERTO, P.L. English language teaching in Brazil: pursuing a pluricentric approach. In: GIMENEZ, T.; CALVO, L. C. S.; EL KADRI, M. S. (Orgs.) *Inglês como Língua Franca*: Ensino-Aprendizagem e Formação de Professores. v. 14. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. p. 139-161.
- BORDINI, M.; GIMENEZ, T. Estudos sobre Inglês como Língua Franca no Brasil (2005-2012): uma metassíntese qualitativa. *Rev. SIGNUM*: Estudos Linguísticos, Londrina, PR, v. 1, n. 17, p. 10- 43, jun. 2014.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *O professor pesquisador*: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 136 p.
- BRAHIM, A. C. S. de M. Do estruturalismo à concepção discursiva de língua: os impactos na pedagogia de leitura em língua estrangeira. *Revista Intersaberes*. v. 8, n.16, p. 108-130, jul./dez. 2013.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira. Brasília: MEC/SEF, 1998. 120 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_estrangeira.pdf> Acesso em: 16 jun. 2017.
- CALVO, L. C. S.; EL KADRI, M. S. English language teaching in Brazil: pursuing a pluricentric approach. In: GIMENEZ, T.; CALVO, L. C. S.; EL KADRI, M. S. (Orgs.) *Inglês como Língua Franca*: Ensino-Aprendizagem e Formação de Professores. v. 14. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. p. 16- 44.
- CAMARGO, C.G.; MARSON, I. C. V.; KONDO, R. H. Concepções de língua(gem) e leitura: prática de professores de língua inglesa em atuação. *Revista X*. Curitiba, PR, v.2, p. 85- 106, 2016. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/48183>> Acesso em: 27 out. 2017.
- CANAGARAJAH, S. Changing communicative needs, revised assessment objectives: testing English as an international language. *Language Assessment Quarterly*. v.3, n. 3, p. 229- 242, 2006.
- CORADIM, J. N.; TANACA, J. J. C. Inglês nas Séries Iniciais e Inglês no Contexto de Língua Franca: Contribuições Reflexivas para Processos de Formação Continuada e Ensino-Aprendizagem. *Rev. Gláuks Online*. v. 13 n. 1, p. 135- 155, 2013. Disponível em: <http://www.revistaglauks.ufv.br/arearestrita/arquivos_internos/artigos/5Josimayre_e_Jozelia___apos_ajustes.pdf> Acesso em: 27 out. 2017.
- EL KADRI, M. S. Inglês como língua franca: um olhar sobre programas disciplinares de um curso de formação inicial de professores de inglês. *Rev. Entretextos*. Londrina, PR, v. 10, n. 2, p. 64- 91, 2010.

FIGUEIREDO, C. J. O falante de inglês versus o falante não-nativo: representações e percepções em uma sala de aula de inglês. *Linguagem & Ensino*. Pelotas, RS, v.14, n.1, p. 67-92, 2011.

GIMENEZ, T. et al. Inglês como língua franca: desenvolvimentos recentes. *Rev. RBLA*. Belo Horizonte, MG, v. 15, n. 3, p. 539- 619, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1984-639820157010>> Acesso em: 29 out. 2017.

GRADDOL, D. *English next: Why global English may mean the end of English as a Foreign Language*. United Kingdom's: British Council, 2006. 128 p. Disponível em: <www.britishcouncil.org/learning-research> Acesso em: 29 out. 2017.

JORDÃO, C. M.; FOGAÇA, F. C. Ensino de Inglês, letramento crítico e cidadania: um triângulo amoroso bem sucedido. *Rev. Línguas & Letras*. Cascavel, PR, v. 8, n. 14, p. 79-105, 2007.

KACHRU, B. Institutionalized second-language varieties. In: Sidney Greenbaum (Ed.). *The English language today*. Oxford: Pergamon, 1985, p. 211- 226.

KUMARAVADIVELU, B. *Understanding Language Teaching: from method to postmethod*. New York: Routledge, 2006. 258 p.

MARTINS, T. H. B. *Subsídios para a elaboração de um exame de proficiência para professores de inglês*. 2005, 115f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

MIRANDA, S. G. Linguagem e Língua: uma reflexão acerca da dialética ensino-aprendizagem. *Griot – Revista de Filosofia*. Amargosa, BA, , v.1, n.1, p. 32- 46, jul. 2010.

POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP: ALB: Mercado das Letras, 1997. 95 p.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. Organização de Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006. 312 p.

SCARAMUCCI, M. V. R. Proficiência em LE: considerações terminológicas e conceituais. *Trab. Ling. Aplic.* Campinas, SP, v. 36, p. 11- 22, jul./dez. 2000.